



FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL – FMF

CNPJ 17.405.747/0001-22

Prezados dirigentes, atletas, profissionais e torcedores do futebol mineiro, É com grande satisfação que nos dirigimos a todos que constroem, diariamente, a história do futebol em Minas Gerais. Celebramos mais um ciclo em que clubes, atletas e competições reafirmaram a força e a identidade do futebol mineiro, consolidando avanços dentro e fora das quatro linhas. No âmbito do futebol profissional, os resultados alcançados em 2025 demonstram a competitividade e a consistência de nossos clubes. O Cruzeiro realizou uma campanha de destaque no Campeonato Brasileiro, assegurando sua classificação direta para a fase de grupos Copa Libertadores e recolocando o clube entre as principais forças do continente. O Atlético alcançou o vice-campeonato da Copa Sul-Americana, evidenciando sua presença constante em decisões internacionais. O Athletico, por sua vez, consolidou seu projeto esportivo ao garantir a permanência em sua primeira participação na Série B do Campeonato Brasileiro, reforçando uma trajetória de crescimento sustentável que merece reconhecimento. O Campeonato Mineiro SICOOB 2026 certamente é um dos pontos altos da temporada que ainda se inicia. A competição foi marcada por elevado nível de equilíbrio e imprevisibilidade, chegando à última rodada com oito equipes ainda na disputa por vagas nas semifinais. A final, realizada em jogo único, com o Mineirão abrigando as torcidas de Cruzeiro e Atlético no estádio meio-a-meio, alcançou grande sucesso de público e organização, registrando recorde de renda e coroando o Cruzeiro como campeão estadual após sete anos. O Pouso Alegre destacou-se como campeão do interior, enquanto o North conquistou o Troféu Inconfidência em seu primeiro ano no Módulo I, em uma final emblemática contra a UR, que também celebrou o acesso oriundo do Módulo II. Esses elementos reforçam a vitalidade e a renovação do futebol mineiro em todas as suas camadas competitivas. As categorias de base seguem como um dos pilares do desenvolvimento do futebol mineiro, com resultados que evidenciam a qualidade da formação realizada em nosso estado. O Atlético conquistou o Campeonato Brasileiro Sub-17 de 2025 em uma final memorável diante do Grêmio (RS). O Cruzeiro iniciou 2026 com a enorme conquista da Copa São Paulo de Futebol Júnior, além de ter se sagrado campeão mineiro Sub-20 em 2025. No cenário estadual, o Atlético confirmou sua força ao conquistar os títulos mineiros Sub-17 e Sub-14, enquanto o América celebrou o título da categoria Sub-15. Esses resultados refletem um ambiente de formação cada vez mais estruturado, que projeta talentos para o futebol brasileiro e internacional. No futebol feminino, Minas Gerais viveu um momento de franca expansão e consolidação. O Cruzeiro alcançou o vice-campeonato do Brasileiro Feminino, reafirmando sua competitividade em nível nacional, além de conquistar o tricampeonato mineiro e o título do segundo Campeonato Mineiro Sub-17 da história. O Atlético deu um passo importante ao garantir o acesso à Série A1 do Campeonato Brasileiro, enquanto o Itabirito conquistou o acesso à Série A2, ampliando a representatividade mineira nas competições nacionais e fortalecendo a modalidade em todo o estado. A temporada de 2026 também se inicia com avanços estruturais relevantes, entre os quais se destaca a

criação do Campeonato Mineiro Sub-13, ampliando a base de formação e proporcionando novas oportunidades para o desenvolvimento de jovens atletas desde as etapas iniciais de sua trajetória esportiva. Trata-se de uma iniciativa que reforça o compromisso com o futuro do futebol mineiro e com a formação qualificada de novos talentos. No futebol amador, tanto na capital quanto no interior, o ano foi marcado por ampla participação, forte engajamento comunitário e competições de elevado nível técnico. O Setor de Futebol Amador da Capital segue desempenhando papel essencial na base do nosso futebol, promovendo inclusão e fortalecendo vínculos sociais por meio do esporte. Em 2025, a Série A consagrou o Inconfidência EC como campeão. O Naja FC ficou com o título do futebol feminino, consolidando o crescimento da modalidade. A categoria master foi inaugurada com a Copa Marco Artur de Mendonça, voltada para atletas com mais de 40 anos, que teve o Roma EC como campeão. No interior do estado, o Campeonato Mineiro Amador de 2025 demonstrou a força e a capilaridade do futebol mineiro, reunindo 74 clubes, 1.702 atletas e representantes de 59 cidades. A final consagrou o Itamirense EC, de Sarzedo, como campeão. A Recopa do Futebol Amador registrou grande presença de público na decisão, tendo o São Bernardo EC, de Belo Horizonte, como vencedor. Já a tradicionalíssima Copa Itatiaia, uma das competições mais emblemáticas do estado, teve como o grande campeão da temporada 2025/2026 o Cruzeiro, de Itatiaiaçu. Ao todo, as competições amadoras mobilizaram cerca de 10 mil atletas, evidenciando o papel social e formador do futebol em todo o estado. No campo da comunicação, os resultados alcançados evidenciam a crescente projeção do futebol mineiro junto ao público. A edição de 2026 do Campeonato Mineiro SICOOB atingiu marcas expressivas de audiência, com 10 milhões de telespectadores acompanhando a competição pela TV aberta, além de outros 12 milhões impactados pelos canais por assinatura. A final do campeonato registrou audiência 31% superior à do ano anterior, demonstrando o fortalecimento do produto e o engajamento do torcedor. No ambiente digital, foram mais de 22,5 milhões de visualizações nas transmissões realizadas pela plataforma do grupo Globo ao longo da competição. Pela Sportynet, foram contabilizadas mais de 10 milhões de visualizações, com destaque para os jogos envolvendo equipes da capital, que atingiram pico médio de audiência de 147 mil espectadores. Nas plataformas digitais da Federação, o crescimento também foi expressivo. Em 2026, o Instagram da FMF superou a marca de 21 milhões de visualizações, alcançando 3,8 milhões de contatos. O volume de interações ultrapassou um milhão, refletindo o elevado nível de engajamento do público com os conteúdos produzidos, enquanto a base de seguidores cresceu em mais de 23 mil novos perfis, totalizando 143.127 usuários ativos. Temos a convicção de que os avanços alcançados são fruto do trabalho conjunto entre Federação, clubes, atletas e todos os profissionais envolvidos com o futebol. Seguimos firmes no propósito de fortalecer nossas competições, valorizar nossos talentos e ampliar a presença de Minas Gerais no cenário esportivo nacional e internacional. Cordialmente, Adriano Guilherme de Aro Ferreira - Presidente da Federação Mineira de Futebol – FMF.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$ 1)

ATIVO	Nota	Exercício findo em		PASSIVO E PATRIMÔNIO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.25	31.12.24			LÍQUIDO	31.12.25
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes	3	12.625.080	12.148.744	Forneceadores		570.167	236.275
Clubes filiados	4	5.736.614	4.140.610	Obrigações sociais		388.297	360.967
Adiantamentos		101.903	546.100	Obrigações tributárias		199.961	159.286
Contas a receber	5	12.927.408	12.884.133	Obrigações tributárias - Parcelamento	7	483.153	448.698
Tributos a recuperar/compensar		6.059	6.059	Contas a pagar		1.662.565	1.617.891
Despesas antecipadas		8.359	8.430	Receita a realizar	8	9.637.419	9.461.108
		31.405.423	29.734.075	Outras obrigações	9	60.472	237.680
NÃO CIRCULANTE						13.002.034	12.521.904
Realizável longo prazo				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		540	540	Obrigações tributárias - Parcelamento	7	4.254.623	4.414.280
		540	540	Provisão para passivos contingentes	10	5.608.303	4.914.293
Investimentos		327.879	227.879			9.862.926	9.328.573
Imobilizado	6	668.390	619.780	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível		103.062	101.062	Patrimônio Social		8.832.860	2.567.838
		1.099.871	949.261	Superávits acumulados		807.474	6.265.022
						9.640.334	8.832.860
Total do Ativo		32.505.294	30.683.336	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		32.505.294	30.683.336

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Federação Mineira de Futebol, constituída em 5 de março de 1915, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é uma entidade estadual de natureza desportiva, de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, gozando, nos termos do artigo 217, inciso I, da Constituição Federal, de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento, regida pelas normas legais do país e regras desportivas vigentes. Seu principal objetivo é administrar, dirigir, fomentar, difundir, incentivar e fiscalizar, de acordo com a competência legal, a prática de futebol não profissional e profissional, em todo o território do Estado onde é localizada. Além disso, é também o de promover campanhas educacionais, principalmente para a juventude, incentivando a elaboração de projetos que busquem instituir escolas de futebol em favor da comunidade carente, produzir, implementar e desenvolver sua atividade e/ou de seus filiados através de convênios e parcerias com quaisquer entidades, públicas ou privadas, quando viável, podendo receber numerários e recursos em geral. O patrimônio da Federação compreende os bens móveis e imóveis adquiridos sob qualquer título, troféus e prêmios que são insuscetíveis de alienação, fundos existentes ou bens resultantes de sua inversão e doações. A Federação não tem por objetivo a geração de lucros, devendo aplicar suas receitas e recursos financeiros na realização de suas finalidades, bem como na organização, na administração, na divulgação e no fomento do futebol. Dessa forma, a Federação preenche os requisitos legais ao reconhecimento de sua isenção tributária junto à União, Estado e Município. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** **2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na ITC 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que levam em consideração, quando aplicáveis, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Entidade não possui outros resultados abrangentes e, dessa forma, a Demonstração do Resultado Abreangente não está sendo apresentada. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 07 de abril de 2026. **2.2. Moeda funcional:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade. A Federação não possui ativos e passivos em moeda estrangeira. **2.3. Instrumentos financeiros:** A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. • Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. • Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Entidade tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, que são reconhecidos diretamente no resultado do período. **Passivos financeiros:** • Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. • Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. **2.4. Análise do valor de recuperação de ativos:** A Administração da Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:**

Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de receita nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão abordadas a seguir. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apresentada como redução do saldo de contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na utilização deste saldo, considerando o risco individual dos créditos. **Vida útil do ativo imobilizado:** A depreciação do ativo imobilizado considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. **Provisões para processos judiciais:** A Entidade registra provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Entidade também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas levando em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os fundamentos e natureza de provisões para processos judiciais estão descritos na Nota 10. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3. CAIXA E EQUIVALENTES:** Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Entidade. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo os ganhos ou perdas registradas no resultado do exercício. **4. TRANSAÇÕES ENTRE FILIADOS:** (i) **Contas a receber/contas a pagar (filiados):** Os saldos entre a Entidade e filiados referem-se principalmente às contas correntes relativas a bordaxes, adiantamentos, taxas e emolumentos por serviços prestados. Segue abaixo o demonstrativo com os saldos a receber referentes a essas transações entre a Entidade e os clubes de futebol:

	31.12.25	31.12.24
Clubes filiados ativos	8.107.010	6.362.233
Clubes filiados inativos	631.711	590.790
Clubes amadores ativos	763.153	715.725
PCLD	(3.765.260)	(3.528.138)
Soma – R\$1	5.736.614	4.140.610

Não incidem juros ou atualização sobre os saldos a receber e a pagar nas transações acima. Tendo em vista que não existem garantias sobre o recebimento dos valores registrados nas contas a receber entre filiados, a Federação optou por constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para cobrir suas possíveis perdas. Abaixo, demonstramos a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD):

	RS1
Saldo em 31.12.24	(3.528.138)
Reversão	239.575
Constituição	(476.697)
Saldo em 31.12.25	(3.765.260)

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT (Em R\$ 1)

	Nota	Exercício findo em	
		31.12.25	31.12.24
RECEITAS OPERACIONAIS	11	33.918.595	31.575.650
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	12	(7.513.519)	(6.858.776)
Operacionais de jogos	13	(19.379.249)	(11.169.245)
Gerais e administrativas	14	(3.352.353)	(2.644.196)
Utilidades e serviços	15	(1.488.513)	(1.454.646)
Despesas tributárias	16	(278.905)	(345.727)
Outras despesas	17	(1.069.238)	(3.136.010)
Depreciação	19	(225.374)	(204.723)
		(33.307.151)	(25.813.323)
		611.444	5.762.327
SUPERÁVIT OPERACIONAL			
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	18	2.078.757	2.038.541
Despesas financeiras	18	(1.882.727)	(1.535.847)
		196.030	502.694
		807.474	6.265.022

SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO

	Patrimônio Social	Superávits (Déficits) Acumulados		Total
		31.12.25	31.12.24	
Saldo em 31.12.23	-	2.567.838	2.567.838	2.567.838
Destinação de resultado	2.567.838	(2.567.838)	-	-
Superávit do exercício	-	6.265.022	6.265.022	6.265.022
Saldo em 31.12.24	2.567.838	6.265.022	8.832.860	8.832.860
Destinação de resultado	6.265.022	(6.265.022)	-	-
Superávit do exercício	-	807.474	807.474	807.474
Saldo em 31.12.25	8.832.860	807.474	9.640.334	9.640.334

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

(ii) **Adiantamentos aos clubes:** Existem saldos de mútuos que são representados por valores antecipados aos clubes de futebol. Os pagamentos são efetuados mediante a realização de cotas comerciais e televisivas, em razão da participação de seus filiados nas competições. Os adiantamentos de cotas concedidos pela Federação aos seus filiados são garantidos, incondicionalmente, por direitos reais substanciais nas aludidas receitas comerciais e televisivas, decorrentes da sua participação nos eventos promovidos pela Entidade. Todas as obrigações mantidas pelos clubes filiados em relação à Entidade recebem tratamento rigorosamente equânime. (iii) **Receita entre filiados:** A Federação recebe mensalmente auxílio financeiro fixo da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), conforme o Programa de Auxílio Financeiro definido pela CBF. Esse auxílio refere-se aos valores concedidos com o objetivo de assistência na manutenção da Federação. O montante de auxílio fixo recebido da CBF no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$1.881.000 (R\$1.713.000, em 2024) (Nota 11.v). (iv) **Despesas entre filiados:** Contribuições e Subvenções: Os valores provenientes de Contribuições e Subvenções consistem em despesas pagas pela Federação aos clubes, referentes aos custos oriundos de passagens aéreas, estadias e alimentação das delegações dos clubes de segunda divisão que não possuem recursos para pagamento de tais valores. A Federação, cumprindo com o seu papel estatutário de fomento ao futebol regional, dentre outros, vem arcando com os custos de logística

6. IMOBILIZADO: O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável, e pode ser assim demonstrado:

Imobilizado	Taxa Média (% a.a.)	31.12.25		31.12.24	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Veículos	20%	419.129	(189.596)	229.533	168.137
Máquinas e equipamentos	20%	259.595	(154.505)	105.090	92.177
Computadores periféricos	20%	411.675	(280.012)	131.663	138.270
Móveis e utensílios	10%	189.986	(139.881)	50.105	13.086
Equip. de comunicação	20%	460.766	(309.867)	150.899	205.944
Sistema de monitoramento	10%	10.661	(9.561)	1.100	2.166
Soma – R\$1		1.751.812	(1.083.422)	668.390	619.780

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos itens por categoria de imobilizado:

Descrição	31.12.24		Adições	Deprec.	31.12.25	
	31.12.24	31.12.24			31.12.25	31.12.25
Veículos	168.137	143.600	(82.204)	229.533	168.137	
Máquinas e equipamentos	92.177	39.072	(26.159)	105.090	92.177	
Computadores e periféricos	138.270	42.950	(49.557)	131.663	138.270	
Móveis e utensílios	13.086	45.400	(8.381)	50.105	13.086	
Equip. de comunicação	205.944	2.962	(58.007)	150.899	205.944	
Sistema de monitoramento	2.166	-	(1.066)	1.100	2.166	
Soma – R\$1	619.780	273.984	(225.374)	668.390	619.780	

A Federação avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perda de valores não recuperáveis desses ativos e, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Ressaltamos que não há quaisquer indicadores identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos demais ativos na Entidade.

7. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PARCELAMENTO: Os débitos datam desde 1985 e foram parcelados através do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), restando 130 parcelas, sendo o último vencimento previsto para outubro de 2035. Os parcelamentos são corrigidos mensalmente pela taxa Selic e podem ser assim demonstrados:

	31.12.25	31.12.24
• Circulante	483.153	448.698
• Não circulante	4.254.623	4.414.280
Soma – R\$1	4.737.776	4.862.977

8. RECEITAS A REALIZAR: Referem-se a determinado percentual de participação pertinente à Federação sobre os contratos de patrocínio recebidos antecipadamente ao período de vigência do contrato. Esses valores não são tratados como receita do período em que foram recebidos, mas sim como adiantamentos recebidos de patrocinadores a serem transferidos para receita quando incorridos, pelo regime de competência, não estando sujeitos à devolução por cancelamento da transação.

	31.12.25	31.12.24
• Patrocínio Campeonato Mineiro 2026 (i)	9.247.057	9.362.182
• Arbitragem - Transistória FMF (ii)	174.866	69.004
• Arbitragem - Transistória CBF	132.133	16.154
• Anuidades	59.000	-
• Campeonato Mineiro - Transistória	-	13.420
• Adiantamento de Terceiros	363	348
Soma – R\$1	9.637.419	9.461.108

i. A receita com o patrocínio do Campeonato Mineiro 2026, que é foi apropriada proporcionalmente ao prazo de realização do mesmo.
ii. Refere-se a valores a pagar pela arbitragem do Campeonato Sub-14 e Sub-20 que findarão em 2026.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES: Representadas, basicamente, pelo montante do contrato dos direitos de transmissão do Campeonato Mineiro a ser repassado aos Clubes.

	31.12.25	31.12.24
• CBF/FIFA	32.951	32.951
• Seguro Torcedor	25.251	51.625
• Sindicato de Arbitros	-	147.233
• Aluguéis de Estádios	2.000	2.000
• Seguro Arbitragem	270	3.870
	60.472	237.680

10. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de seus processos judiciais e administrativos, conduzido por departamento jurídico próprio e por advogados externos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, a saber:

	31.12.25	31.12.24
• Reclamatórias cíveis	5.608.303	4.914.293
Soma – R\$1	5.608.303	4.914.293

Abaixo, demonstramos a movimentação das contingências ocorrida durante o exercício de 2025:

	RS1
• Saldo em 31.12.24	4.914.293
• Constituição / atualização	694.010
Saldo em 31.12.25	5.608.303



FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL – FMF

CNPJ 17.405.747/0001-22

continuação...

15. UTILIDADES E SERVIÇOS: Podem ser assim demonstrados:	
31.12.25	31.12.24
Condomínio, aluguéis e taxas	652.803 683.861
Conservação e manutenção de veículos	191.902 169.078
Conservação e reparos	161.910 166.763
Telefone e internet	75.472 77.480
Energia elétrica	47.271 48.852
Vigilância e monitoramento	16.071 72.359
Despesa com gráfica	50.636 45.817
Frete e carretos	20.425 19.349
Outras	272.023 171.086
Soma – R\$1	1.488.513 1.454.646

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS: As despesas tributárias referem-se aos valores de impostos pagos ao longo do exercício, conforme apresentado a seguir:

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS: Podem ser assim demonstradas:	
31.12.25	31.12.24
IPTU	36.428 32.702
IPVA	10.599 14.627
IRRF/IOF	214.178 286.929
Taxa de incêndio	9.757 3.000
Diversos	7.943 8.470
Soma – R\$1	278.905 345.727

17. OUTRAS DESPESAS: Podem ser assim demonstradas:

17. OUTRAS DESPESAS: Podem ser assim demonstradas:	
31.12.25	31.12.24
Constituição líquida de PCLD (Nota 4)	237.122 25.122
Provisões com processos cíveis (Nota 10)	694.010 3.028.867
Outras	138.106 82.021
Soma – R\$1	1.069.238 3.136.010

18. RESULTADO FINANCEIRO: Os valores registrados no resultado financeiro se referem principalmente aos rendimentos de aplicação financeira, juros sobre empréstimos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

18. RESULTADO FINANCEIRO: Podem ser assim demonstrados:	
31.12.25	31.12.24
Receitas financeiras:	
• Rendimento de aplicações financeiras	1.858.356 1.654.416
• Multas/Juros Correção de impostos/taxas	214.535 300.020
• Descontos obtidos	5.866 84.105
	2.078.757 2.038.541
Despesas financeiras:	
• Descontos concedidos	(1.512.015) (1.093.018)
• Atualização parcelamento Refis/Profut	(340.460) (408.040)
• Despesas bancárias	(24.307) (33.971)
• Juros e multas tributárias	(5.945) (818)
	(1.882.727) (1.535.847)
Resultado financeiro líquido – R\$1	196.030 502.694

19. INFORMAÇÕES POR DIVISÃO: As receitas e desembolsos das divisões de futebol foram:

	Primeira Divisão	Divisões de Acesso	Futebol Amador	Divisões Femininas
Patrocínios	17.111.125	-	-	-
Direito de transmissão	643.223	-	-	-
Mineiro	2.505.179	321.408	-	4.146
Brasileiro	3.448.862	88.894	-	39.779

	Primeira Divisão	Divisões de Acesso	Futebol Amador	Divisões Femininas
Receita com Filiação	-	-	6.000	-
Copa do Brasil	1.338.926	-	-	-
Copa libertadores /Sulamericana	428.110	-	-	-
Taxas	1.079	2.000	650	-
Receita c/ Ingressos	79.852	172.127	-	1.695
Anuidades	60.000	254.000	-	-
Doações CBF	-	-	-	66.000
Outras receitas	15.330	203.215	260	2
Subtotal receitas	25.631.686	1.041.644	6.910	111.622
Arbitragem	(2.933.091)	(8.888)	(587.436)	(64.244)
Serviços de Pessoas Jurídicas	(1.732.713)	(72.138)	(17.967)	(7.546)
Repasse financeiro	(7.850.849)	(1.490.509)	(213.472)	-
Ingressos	(513.943)	(41.490)	-	-
Publicidade	(2.616.685)	(67.848)	(92.839)	(44.448)
Troféus e medalhas	(62.072)	(128.910)	(136.714)	(15.775)
Análise Laboratorial	(8.603)	-	-	(17.500)
Vigilância e monitoramento	(7.009)	-	-	-
Outras Despesas de Jogos	(1.027.656)	(860.551)	(414.695)	(149.300)
Desp. Impostos	(1.265.098)	(108.451)	(106.963)	(12.072)
Pessoal	(3.229.040)	(151.656)	(813.365)	(14.053)
Cursos	-	-	(900)	-
Outras despesas	(2.921.366)	(118.720)	(787)	(12.721)
Subtotal desembolsos	(24.168.125)	(3.049.161)	(2.385.138)	(337.659)
Líquido – R\$1	1.463.561	(2.007.517)	(2.378.228)	(226.037)

20. COBERTURA DE SEGUROS: A Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis; consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

PRESIDENTE

ADRIANO GUILHERME DE ARO FERREIRA
CPF – 045.822.936-97

VICE-PRESIDENTE

MARCELO GUILHERME DE ARO FERREIRA
CPF – 063.055.886-86

CONTADOR RESPONSÁVEL

ALEX MAURÍCIO FAGUNDES
CRCMG 096.278 - CPF – 011.960.456-66RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEISAos Administradores da
FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL – FMF
Belo Horizonte, MG

1. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL – FMF, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL – FMF em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2. Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião. **3. Ênfase:** De acordo com as normas de auditoria independente, as demonstrações contábeis ora apresentadas comportam a seguinte ênfase de nossa parte, a qual não modifica a nossa opinião, já consubstanciada no tópico anterior: A Entidade responde por processos cíveis e tributários e sua Administração considera que os valores já provisionados são suficientes para cobrir possíveis perdas que possam advir dessas lides, entendimento que, todavia, somente poderá ser corroborado quando do desfecho dos processos. **4. Auditoria do exercício anterior:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ora apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e o relatório sobre as mesmas, datado de 31 de março de 2025, enfatizou o mesmo assunto do item 3, retro. **5. Responsabilidades da Administração e da Governança:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Federação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **6. Responsabilidades do Auditor:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de

uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso: **a.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **b.** Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; **c.** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; e **d.** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 07 de abril de 2026

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Consultoria e Auditoria - CRCMG – 7.841

Ivo de Almeida Motta - Contador CRCMG – 38.018

Ana Paula Lobato Taupker - Contadora CRCMG – 111.822

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FEDERAÇÃO
MINEIRA DE FUTEBOL (CNPJ/MF N. 17.405.747/0001-22)

O Conselho Fiscal da Federação Mineira de Futebol, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da entidade e no parecer emitido pelo Fernando Motta & Associados Consultoria e Auditoria, opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da entidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembléia Geral.

Belo Horizonte, 4 de abril de 2026.

André Ricardo de Moura Lima Jeha

Felipe Lima Assumpção Menezes

Mateus Rodrigues Silva

Luciana Mendes Brescia

Nathalia Sudano Pires Novaes

Luisa Mafia Resende

SAÚDE PÚBLICA

EMERGÊNCIA
EM CONTAGEM

Aumento de casos e mortes por doenças respiratórias acende alerta na cidade da Grande BH

MELISSA SOUZA

Na esteira do período sazonal propício para doenças respiratórias, iniciado em março, o cenário em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, preocupa. A prefeitura decretou ontem estado de emergência e anunciou a abertura de 10 novos leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Centro Materno Infantil. O atendimento pediátrico nas UPAs Ressaca, Vargem e Industrial também foi ampliado. As medidas têm como objetivo a prevenção e o enfrentamento da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

Conforme o Decreto nº 1.908, a alta nos casos no primeiro trimestre deste ano, comparado com o mesmo período de 2025, é atípica e caracteriza situação de emergência em saúde pública. Contagem registrou 304 casos de SRAG no primeiro trimestre deste ano, contra 242 no mesmo período do ano anterior – um crescimento de 27%. Das 304

COVID-19

Belo Horizonte iniciou a distribuição de uma nova remessa de pouco mais de 4 mil doses de vacina contra a COVID-19 voltada ao público infantil. A maior parte será destinada a crianças de seis meses a menores de 5 anos, enquanto uma parcela menor atenderá exclusivamente crianças de 5 a 11 anos que apresentam comorbidades.

notificações na cidade, 36% foram diagnosticadas em crianças de até 5 anos e 26,3% em idosos. Isto é, 109 crianças e 80 idosos.

PREFEITURA DE CONTAGEM/DIVULGAÇÃO



PREFEITURA DE CONTAGEM INSTALOU 10 NOVOS LEITOS DE UTI NO CENTRO MATERNO INFANTIL

O aumento de casos de gripe é ainda mais expressivo – foram 4.725 registros no primeiro trimestre deste ano, uma alta de 36% em relação aos 3.477 no mesmo período de 2025. A situação é agravada, ainda, pelo número de mortes na cidade que chega a 17 neste ano, contra 11 de 2025, um aumento de 55%.

Em resposta à crise respiratória, a prefeitura informou que as equipes também foram capacitadas e qualificadas para receberem casos mais leves. Foram contratados nove enfermeiros e 12 técnicos de enfermagem e houve um aumento de 15 médicos para atendimento de adultos e 12 para crianças. Há, ainda, previsão de entrada de mais 12 técnicos de enfermagem, um enfermeiro e três fisioterapeutas na próxima semana. O investimento é de mais de R\$ 10 milhões.

De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG), apenas Contagem decretou emergência em Minas Gerais, mas os dados acenam para um estado de atenção. De acordo com a pasta, até segunda-feira (6/4), havia 6.189 notificações de Síndrome Respi-

ratória Aguda Grave (SRAG) com hospitalização no estado, entre eles 323 por COVID-19, 250 por influenza e 120 por vírus sincicial respiratório (VSR), entre outras doenças. Foram contabilizadas 295 mortes por SRAG, incluindo 47 por COVID-19, 16 por influenza e um por vírus sincicial respiratório (VSR).

PICO EM UM MÊS

Na semana passada, o secretário de estado de Saúde, Fábio Baccheretti, ressaltou que o pico de atendimentos nos serviços de pronto atendimento do estado relacionados às doenças respiratórias está previsto para o próximo mês. Além disso, explicou que o crescimento de casos ocorre em decorrência do período e que, apesar de o investimento ser positivo, a população continuará contraindo doenças respiratórias.

A SES-MG resalta que a vacinação é a principal forma de prevenir casos graves de doenças respiratórias, como bronquiolite, COVID-19, pneumonia pneumocócica e gripe, e de reduzir internações. ■